

A cura do paciente com um tiro

SÃO PAULO — Os economistas que precognizam a recessão como única forma de o Brasil evitar a retomada do processo inflacionário são como médicos que receitam um tiro na testa para debelar a febre do paciente. A frase, dita em tom de brincadeira pelo presidente do Grupo Lorenzetti, Aldo Lorenzetti, é ilustrativa da reação de empresários dos setores que primeiro seriam atingidos, caso o governo decidisse cumprir a ameaça de endurecer ainda mais as políticas monetária e fiscal — um atalho para contornar o risco da inflação retornar ao temível patamar de dois dígitos.

Para Lorenzetti — que dirige empresas produtoras de bens de consumo duráveis e de capital — a estratégia de reduzir a demanda para evitar pressões inflacionárias vai encontrar resistências importantes na indústria. “Muita gente sabe que é tolice pensar que pressões de demanda são a causa da inflação brasileira”, justifica. O empresário concorda que o governo detém instrumentos para aprofundar a redução de demanda já verificada em alguns setores, mas lembra a solução encontrada em uma de suas indústrias, a Igbresa, para contornar a ausência de encomendas do setor público, reduzidas desde o governo Sarney.

— Reorientamos a produção para o setor privado, fabricando componentes para a indústria de papel. Com isso, pudemos manter 70% dos empregados da empresa — conta Lorenzetti, para quem nem o governo acredita que pode provocar uma grande recessão. — Ouvi de técnicos da equipe econômica que eles nunca conseguiriam fazer isso, porque o setor privado ia impedir.

Depressão — A convicção de Lorenzetti não é compartilhada por outros empresários. Alguns mostram que já jogaram a toalha, aceitando a recessão como algo com que vão ter de conviver. O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB),

Teófilo Orth, por exemplo, antecipa que a indústria de bens de capital se prepara para dispensar até 20% de seus 500 mil funcionários neste e no próximo mês, quando vencem os acordos de reduções de jornadas de trabalho firmados para contornar a queda de demanda no setor.

— Ainda não cortamos fundo, mas não temos outra saída, principalmente nas indústrias de bens de capital sob encomenda — argumenta.

Orth, que integra o comitê empresarial para negociar com trabalhadores e governo uma nova política salarial e de preços, está na verdade refletindo uma atitude de empresários que, pressionados pela onda de greves nas fábricas, impossibilitados por determinação governamental de repassar aos preços eventuais reajustes salariais e convencidos de que a recessão é inevitável, iniciaram cortes profundos em seu quadro de funcionários.

— O governo não vai provocar recessão, vai é levar o país à depressão econômica — alarma-se Paulo Butori, vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Fundação do Estado de São Paulo e presidente da Fupresa-Hitchiner, empresa do setor de fundição de ferro e aço.

Para Butori, o processo recessivo já vinha se manifestando desde o ano passado e foi aprofundado pelo Plano Collor.

— As empresas precisam de mais capital de giro para fazer frente ao aumento da carga tributária e o custo do dinheiro está alto demais. Mesmo que o governo mantenha as políticas monetária e fiscal inalteradas, muita gente vai demitir e depois quebrar — afirma.

Segundo Butori, setores com demanda ainda elevada, como o dos fabricantes de produtos básicos, estão se beneficiando até das demissões:

— O trabalhador dispensado está com cinco salários no bolso, resultado da rescisão. Por enquanto, ele está comprando bens e estocando alimentos e produtos de higiene e limpeza, mesmo porque a poupança não recuperou credibilidade — conclui.